



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA INTERVENIENTES DE COMÉRCIO EXTERIOR – PORTO DE IMBITUBA/SC	Nº 01/2019
--	-------------------

DATA:	LOCAL:	HORÁRIO:
30 de Maio de 2019	Receita Federal	09h e 30m

ABERTURA DA REUNIÃO:
Aos trinta dias do mês de maio de 2019, às nove horas e trinta minutos, iniciou-se a 43ª Reunião dos Intervenientes, com a palavra do Inspetor-Chefe José Márcio de Souza Duarte.

ASSUNTO:	DESCRIÇÃO:
INTRODUÇÃO DE ASSUNTOS	O Inspetor-Chefe iniciou a reunião com a apresentação de novos participantes e fortaleceu sua fala no intuito de buscarmos juntos soluções para as demandas das atividades portuárias, além da união entre comunidade e Porto através de uma participação ativa nas ações diárias. O mesmo explanou que seria inserida uma nova pauta “Devolução da madeira”, pois se fez presente a Auditora do do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, atuante em Imbituba, Denise Fernandes.
LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS	O Presidente do Porto de Imbituba fez a introdução no assunto manifestando o descontentamento referente aos grãos esparramados pelas vias públicas, mencionou como exemplo o acesso Norte. O mesmo sugeriu que fosse feito um rateio para terceirização de caminhões para limpeza das vias, pois estas empresas apresentam a destinação correta do material, ou para a compra de uma máquina de limpeza entre as empresas portuárias que são responsáveis pelo derramamento. Dando continuidade, Dr. Gilberto afirmou a obrigação social, em se tratando desse assunto, com aspectos ambientais e de saúde que dão a entender a existência de um Porto funcionando. Sendo assim, o Inspetor-Chefe responsabilizou-se em organizar uma reunião com a Autoridade Portuária, o Prefeito, Dr. Gilberto representando o setor privado, um representante dos operadores portuários e operadores logísticos no dia 06/06 às 15:00hrs, para conclusão na solução deste assunto.
CAMINHÕES DE	Os operadores explanaram a necessidade de contratar caminhões

<p>TRAJETO ARMAZÉM/PORTO/ ARMAZÉM</p>	<p>de outro Estado para que se tenha a estruturação necessária, pois os caminhões da região não apresentam manutenção de vida útil. Adicionaram que o excesso de cargas nos caminhões são características culturais, e que, para exterminar esse hábito seria necessário ter um controle específico. Também, que as estradas possuem estruturas irregulares e de nada adiantaria fazer as devidas alterações sem que a estrada tenha modificação. Com estes argumentos justificados, o Inspetor-Chefe se posicionou em propor uma reunião com o Secretário de Obras das Vias Públicas/ Engenheiro responsável para dialogar sobre as lombadas e elevados.</p>
<p>QUEBRA DA JURISDIÇÃO</p>	<p>O inspetor-chefe que explanou quase 100 % das DI's estão sendo analisadas por outras cidades, não por Imbituba.</p>
<p>BALANÇAS DO PORTO</p>	<p>O núcleo ACIM COMEX trouxe para reunião a demanda sobre a necessidade de aumento número de balanças de uso público para que não sobrecarregue, e assim, forme filas durante as operações. O Sr. Pablo explanou que grande parte do tempo às balanças são utilizada de forma ociosa e o Diretor da Acim Jorge, justificou que não existe a possibilidade de gerenciar a chegada de navios, dessa forma, faz-se necessário o aumento do número das mesmas para que permita o crescimento do Porto, também como, o aumento do número de portarias, já projetada pelo Dr. Gilberto.</p>
<p>DEVOLUÇÃO DA MADEIRA</p>	<p>Ao ser questionada sobre incineração, a representante do MAPA, Denise justificou que a destruição da madeira é apenas viável através de uma ação judicial, adicionou que como auditores fiscais não podem ir contra e entendem o custo da devolução para a empresa, mas como agentes públicos acreditam que o custo ambiental é devastador. Finalizou afirmando que para ter alguma alteração na forma em como o MAPA trabalhar na cidade, teria que ser modificado a legislação ou continuará assim.</p>
<p>PALAVRA LIVRE</p>	<p>O Presidente do Porto de Imbituba informou que a Diretoria da SCpar está aberta para receber demandas e finalizou com a afirmação de que está disposto a colaborar com o que for preciso e estiver amparado em lei. O Presidente do Sindicato Dos Despachantes Aduaneiros Do Estado De Santa Catarina – SINDAESC informou que a união do sindicato teve como benefício à ida até o Secretário de Brasília para lhe explicar a contrariedade da comunidade portuária sobre o código de benefícios fiscais de Santa Catarina, justificando que os outros estados ganhariam a concorrência e conquistando resultados significativos. O mesmo</p>



	finalizou se colocando à disposição no intuito de incluir Ibituba nas discussões.
ENCERRAMENTO	Nada mais havendo a ser tratado, o Inspetor-Chefe deu por encerrada a reunião, ficando a próxima agendada para o dia 27 de Junho de 2019, às 09h30min, na sede da Receita Federal.